

**HABEAS CORPUS Nº 475.337 - PR (2018/0278816-5)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : SAMIR MATTAR ASSAD  
**ADVOGADO** : SAMIR MATTAR ASSAD - PR039461  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO  
**PACIENTE** : ANDERSON HICKMAN (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. CRIMES DESCRITOS NO ART. 157, § 3º, SEGUNDA PARTE, C/C O ART. 14, II, AMBOS DO CP, ART. 311 DO CP, POR DUAS VEZES, NA FORMA DO ART. 71 DO CP, EM CONCURSO MATERIAL. CONDENAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. NEGATIVA DO RECURSO EM LIBERDADE. TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA (DEFLAGRADA NO ÂMBITO DA *OPERAÇÃO MERCÚRIO*). PLURALIDADE DE RÉUS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA E/OU NEGLIGÊNCIA DO PODER ESTATAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. *QUANTUM* DE PENA ELEVADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

1. Segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida consoante os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto.

2. Deve ser rechaçada a alegação de constrangimento ilegal pela demora no julgamento da apelação do paciente. No caso, até a data de hoje, decorreram 10 meses desde que os autos aportaram na Corte de origem, não estando configurada nenhuma desídia e/ou negligência do poder estatal, uma vez que o recurso está sendo processado regularmente e sendo certo que a dita demora na apreciação do apelo não extrapola os limites da razoabilidade.

3. *A alta pena imposta ao paciente [...] reforça a ausência de excesso de prazo no caso, porquanto não é desproporcional o lapso decorrido desde o recebimento do apelo defensivo em segunda instância* (HC n. 416.834/PA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 12/3/2018).

4. Ordem denegada com a recomendação à Corte estadual de que seja priorizado o exame do recurso de apelação (n. 5029571-06.2015.4.04.7000/PR). Pedido de reconsideração de fls. 203/207 prejudicado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus*, prejudicado o pedido de reconsideração de fls. 203/207, com recomendação nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente o Dr. Samir Mattar Assad pelo paciente, Anderson

Hickman.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

